

Requerimento de informação nº.....

Do Sr. Carlos Alberto Leréia

Solicita informação ao Sr. Ministro da Educação, Cristovam Buarque a respeito da política educacional defendida pelo referido ministério, em especial sobre as declarações prestadas a respeito da mudança da forma do concurso vestibular.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Ex.^a, com base no Art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Educação, Sr. Cristovam Buarque, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às mudanças pretendidas no sistema educacional, em especial a respeito das mudanças sugeridas a respeito do concurso vestibular.

JUSTIFICAÇÃO

É necessário que seja comunicado à esta Casa as diretrizes que serão adotadas por esse Ministério em relação à política educacional brasileira posto que, em recente declaração divulgada pelos principais veículos de comunicação nacional, sugeriu a "simplificação" do sistema de vestibular. Segundo o ministro: "Podemos fazer só duas provas - matemática e português. Quem souber isso sabe tudo. O aluno, para fazer um curso universitário, não precisa de tudo aquilo que se coloca [nos vestibulares]: geografia, química. Isso ele aprende lá dentro." Essa declaração é, no mínimo passível de justificação por parte do ministro, pois, como é sabido e divulgado pelo próprio governo federal, a educação brasileira carece de qualidade. De forma que, não se pode arcar com o ônus de colocar duas disciplinas como essenciais e as demais como irrelevantes.

Ao instituir que o aluno precisa saber apenas português e matemática o ministro relega a segundo, ou terceiro, plano disciplinas importantes para a formação profissional e do pensamento crítico. A formação global do aluno é dever do Estado e é inadmissível diminuir a qualidade do ensino nas escolas deste país, o que fatalmente ocorreria caso disciplinas importantes sejam catalogadas como "sem importância".

Ao instituir que apenas português e matemática são suficientes para a formação dos alunos de segundo grau o Sr. Ministro também fere a relevância de milhares profissionais de diversas áreas do saber. O Brasil não pode assumir o risco de prejudicar as gerações futuras por meio de um sistema educacional que parte de premissas tão absurdas. Os motivos acima expostos, justificam plenamente a necessidade de esclarecimentos por parte do Sr. Ministro, ora requerido.

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2003.

Deputado Carlos Alberto Leréia